

OUT 2026

INSIGHTS

Ceuta 2021 e 2026: as estatísticas oficiais omitem os dados das duas grandes crises migratórias

ELABORADO POR

Alessandro Indelicato

TRADUÇÃO REVISADA POR

Filipe Prado Macedo da Silva



Ceuta 2021 e 2026: as estatísticas oficiais omitem os dados das duas grandes crises migratórias¹

Alessandro Indelicato*

Em maio de 2021, milhares de pessoas cruzaram a fronteira em direção a Ceuta em menos de 48 horas. O relatório oficial do Ministério do Interior referente àquele período afirma: “[Os dados relativos a Ceuta não incluem a entrada de imigrantes irregulares ocorrida nos dias 17 e 18 de maio](#)”.

Em julho de 2026, ocorreu um novo episódio, dessa vez de magnitude consideravelmente maior. O relatório referente a esse período afirma: “[Os dados relativos a Ceuta não incluem os números dos dias 30 e 31 de julho, que requerem uma análise específica](#)”.

São dois textos diferentes que, com cinco anos de intervalo, dizem fundamentalmente a mesma coisa. O Ministério do Interior não inclui em suas estatísticas oficiais os dias em que ocorreram as duas crises. Não se trata de um erro pontual em um relatório específico, mas de um procedimento que se repete diante do mesmo tipo de episódio. Como consequência direta, os picos de maior magnitude da série ficam fora do próprio registro estatístico que deveria documentá-los.

Quando as estatísticas oficiais mascaram a realidade

Utilizar a migração como instrumento de pressão entre Estados não é um fenômeno hipotético: isso já aconteceu na [fronteira da União Europeia \(UE\) com Belarus](#) e também está documentado, embora com características distintas, nas relações da [Turquia](#) e da [Líbia](#) com a UE.

O caso de Ceuta acrescenta um novo elemento a essa literatura. Quando dois episódios apresentam semelhanças operacionais relevantes e a documentação disponível fornece indícios compatíveis com uma possível instrumentalização, a maneira como o Estado receptor interpreta e apresenta publicamente esses acontecimentos pode variar de um episódio para outro. Se as estatísticas oficiais continuarem excluindo justamente os dias em que cada crise ocorre, será cada vez mais difícil documentar e interpretar novos episódios à medida que eles se sucedam.

Há anos venho pesquisando a migração e, mais recentemente, participei da [COREnet](#), uma rede europeia de pesquisa voltada ao intercâmbio de informações críticas sobre o tema. Essa experiência me permitiu relacionar a migração a outros fenômenos: religião, guerra e geopolítica. A partir daí, comecei a analisar a fronteira de Ceuta com uma pergunta muito específica: o que ocorre quando a migração deixa de ser um fenômeno puramente social e passa a ser utilizada como instrumento de pressão entre Estados?

Migração coercitiva instrumentalizada

Na literatura acadêmica, esse fenômeno é denominado de migração coercitiva instrumentalizada (CEM). O conceito foi definido pela cientista política Kelly Greenhill há mais de uma década, em seu livro [Weapons of Mass Migration](#). Segundo essa teoria, um Estado ou um ator não estatal cria ou ameaça facilitar deliberadamente um fluxo migratório em direção a outro país com o objetivo de obter concessões políticas. Não se trata de um conceito marginal. A própria UE o incorporou ao seu marco jurídico em 2024, por meio do

[Regulamento \(UE\) 2024/1359](#), em resposta ao caso de Belarus. Em 2021, o regime de Alexander Lukashenko transportou milhares de pessoas de Minsk até as fronteiras com a Polônia e a Lituânia. Isso ocorreu como represália às sanções europeias [após a suposta fraude eleitoral de 2020](#).

Para analisar até que ponto os episódios de Ceuta apresentam características compatíveis com essa categoria, reconstruí a série de chegadas irregulares a Ceuta, Melilla e às Ilhas Canárias desde 2018. Utilizei como fonte os [relatórios quinzenais do Ministério do Interior](#). Com tais dados, desenvolvi uma análise estatística de séries temporais interrompidas para as seis crises migratórias mais relevantes do período. A análise também incluiu a validação por meio de testes placebo (nos quais se repete o mesmo procedimento estatístico usando dados falsos ou modificados em situações nas quais não deveria existir impacto).

Episódio	Ano	Território	Padrão compatível com CEM?
Crise de Ceuta (Ghali)	2021	Ceuta	Sim — o mais sólido dos sete
Aumento do fluxo migratório	2020	Ilhas Canárias	Sim, na atenção pública; não nas chegadas
Aumento do fluxo migratório	2023	Ilhas Canárias	Inconclusivo
Tragédia na cerca (março)	2022	Melilla	Não foi detectado um padrão
Tragédia na cerca (junho)	2022	Melilla	Não foi detectado um padrão
Investida na fronteira de Ceuta	2026	Ceuta	Fortes indícios, mas com dados ainda preliminares

Tabela 1. Análise das seis grandes crises migratórias registradas em território espanhol desde 2018. Existência de CEM (Migração Coercitiva Instrumentalizada). Elaboração própria do autor.

Uma exclusão estatística que se repete

A constatação mais significativa não está na magnitude dos números, mas na maneira como eles são registrados. A exclusão dos dados referentes às entradas em massa de maio de 2021 e julho de 2026 repete-se de forma significativa e revela um padrão operacional semelhante nos dois episódios.

A documentação disponível de inteligência e segurança, desclassificada no caso de 2026, permite identificar indícios de uma dinâmica comparável.

Em relação aos acontecimentos de 2026, [diversas reportagens jornalísticas](#) publicadas em setembro deste ano apontam para a existência de um relatório do Centro Nacional de Imigração e Fronteiras (CENIF), encaminhado à Audiência Nacional, que incluiria fotos de agentes marroquinos – uniformizados e à paisana – orientando o fluxo de pessoas em direção a pontos específicos de acesso.

A Direção-Geral da Polícia Nacional negou publicamente a existência de um relatório que atribuísse tal planejamento às autoridades marroquinas. Nenhum veículo de comunicação teve acesso direto e verificado ao documento. Esse contraste entre o que foi publicado e o que foi oficialmente desmentido não permite considerar comprovada a existência de uma decisão política tomada no mais alto nível do governo marroquino, mas ilustra, mais uma vez, a tensão entre o discurso oficial e as evidências disponíveis.

Uma resposta política distinta diante de um padrão semelhante

O que efetivamente diferencia os dois episódios é a resposta política. Em 2021, o governo manteve durante meses um discurso explícito de coerção. A ministra da Defesa, Margarita Robles, classificou a situação como uma forma de “chantagem”, posição que permaneceu até a reconciliação diplomática de março de 2022.

Em 2026, a sequência foi diferente. Em 31 de julho, o presidente espanhol, Pedro Sánchez, classificou o ocorrido como um “[ataque à integridade territorial](#)”, utilizando uma linguagem tão contundente quanto a adotada em 2021. No entanto, no final de agosto, a cobertura jornalística já destacava o agradecimento pela “[cooperação](#)” [marroquina](#). Assim, em sua [declaração de 3 de setembro](#), o presidente do governo espanhol enquadrou o episódio como parte de um “padrão recorrente e sazonal”.

A ciência política oferece explicações para tal tipo de divergência sem que seja necessário pressupor má-fé. Os governos tendem a [administrar o custo político doméstico de uma crise](#) antes de atribuir com precisão uma responsabilidade externa. Isso ocorre sobretudo quando o país apontado é um Estado do qual se depende em diversas áreas, entre elas a cooperação em questões como pesca, segurança e controle migratório futuro.

Por que isso é relevante para além deste caso

O fato de as estatísticas oficiais omitirem episódios como os de maio de 2021 e julho de 2026 não impede que as informações acabem se tornando conhecidas por meio da imprensa, de instituições como o Parlamento Europeu ou de artigos como este. No entanto, tal omissão determina as condições em que essas informações chegam ao público: com atraso, de maneira fragmentada e dependendo de quem as divulga primeiro.

Enquanto isso, a narrativa política sobre cada episódio já se consolidou na opinião pública. Essa narrativa passa, então, a competir com uma versão dos acontecimentos reconstruída posteriormente, que dispõe de menor capacidade para determinar o enquadramento inicial dos fatos.

A consequência não é que esses episódios permaneçam ocultos — evidentemente, não permanecem —, mas que a janela em que se define sua interpretação política se fecha antes que seja possível estabelecer uma narrativa verificada de forma independente. É justamente nesse intervalo, como demonstra a comparação entre 2021 e 2026, que se constrói a percepção sobre cada episódio e se determina se ele será lembrado como um caso de coerção, uma crise humanitária ou simplesmente mais um acontecimento sazonal.

¹Este artigo foi originalmente publicado, em inglês, no [The Conversation](#). Tradução revisada por Filipe Prado Macedo da Silva (Líder do “[Conexão Bruxelas](#) | [Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”).

*Professor e Pesquisador na [Universidade de Vigo](#) (Espanha).